**Balanço Campanha Salarial – categoria enfrenta o governo, STF, Congresso e governismo e faz sua maior greve em defesa de respeito e valorização**

1. O ano de 2015 entrará para história da categoria como o período que tocamos o maior levante já realizado pelos servidores do Judiciário Federal e Ministério Público da União de sua história, quando amplos setores da categoria assumiram o protagonismo e saíram às ruas pra cobrar respeito e valorização salarial.
2. Embora a categoria tenha atingido patamares históricos de mobilização, tendo estabelecido correlação de forças superiores àquelas alcançadas nas lutas vitoriosas pela aprovação dos três PCS anteriores, a atuação do STF , que por meio de seu presidente e Diretor Geral conspiraram contra a categoria e avalizaram a manutenção do veto 26, em conluio com o governo Dilma e a cumplicidade de lideranças cutistas e petistas que atuam na categoria, impediram que a nossa maior greve tivesse um desfecho favorável ainda em 2015, tendo alongado nossa Campanha Salarial até agora.
3. A luta em 2015 passou a se intensificar em maio, com o início da paralisação. O movimento instalou-se rapidamente nos grandes prédios e pelo interior de vários estados, crescendo numa escala sem igual, envolvendo um número de servidores que não tem precedentes em sua construção, condução e organização.
4. Entendemos que isto não fruto do acaso, mas, sim, a somatória de vários fatores históricos e conjunturais, dentre eles a tradição e histórico de lutas em vários estados e locais que contam com atuação diuturna de sindicatos e oposições combativos, do agravamento da situação econômica e das condições de vida e trabalho dos servidores, com perdas que beiravam os 50% , além dos novos modelos de organização e contestação herdados das Jornadas de Junho de 2013, que trouxeram inovações como a horizontalização na organização, além do uso intensivo das redes sociais para fomentar a organização e condução das tarefas da greve.
5. Construímos e vimos ser realizados atos históricos massivos nos vários estados e em Brasilia. Podemos citar como exemplo manifestações realizadas na no DF, em Minas Gerais, no Paraná, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Bahia e em praticamente todos os estados do país. Neste período, a categoria realizou nesses meses os maiores atos de rua de sua história, reunindo milhares de pessoas nas maiores capitais do país. A maior dessas manifestações, em Brasília, reuniu quase 20 mil pessoas de todo o país. Servidores do DF e caravanas com milhares de servidores de todos os cantos do país deram uma grande demonstração de força e disposição de luta.
6. Na semana que antecedeu a apreciação do PLC 28 pelo Senado (que ocorreu no dia 30 de junho), havia greve instalada em todos os estados, com força sem igual na história da categoria. Fora a pressão da greve em si, o movimento pela aprovação do PLC 28 literalmente perseguiu os senadores em todos espaços, na cobrança pela votação e por apoio pela aprovação. Aeroportos, escritórios políticos, inaugurações, eventos sociais; a determinação da categoria se manifestava em todos locais e a todo momento, gerando estranheza nos parlamentares, poucos afeitos a pressão popular.
7. No dia 25 de junho o governo apresentou uma proposta de reajuste de 21,3% sobre a folha salarial, parcelado em quatro anos. Mesmo com promessas de um “plus” para o Judiciário, propagandeada por setores do governo e Lewandowski, o percentual proposto ao conjunto dos servidores federais foi apresentado, como supostamente a única saída, e prontamente rechaçado e repudiado pela categoria.
8. Em 30 de junho foram realizados protestos em todo o país. O dia foi de intensificação da greve nos locais de trabalho no Judiciário Federal. Em Brasília, inúmeras caravanas de servidores, de todos os estados, se concentraram no acampamento montado pelo Sindjus/DF, instalado dias antes ao lado do STF. É importante destacar que Brasília viu renascer o movimento sindical no Judiciário Federal, após a eleição de uma nova direção, destrelada da CUT/PT, que logo em seguida à sua posse em 26 de maio, teve como primeira grande tarefa conduzir o maior sindicato da categoria no país para o campo da luta, em unidade com todos os demais estados.
9. No dia 30 de junho, Brasília ficou sitiada. Os servidores se dividiram na pressão aos parlamentares dentro do Senado e no cerco ao congresso nacional, com baterias, palavras de ordem e “pelotões de vuvuzelas”, numa batalha que levou o projeto a ser aprovado por unanimidade com 62 votos. Isso ocorreu após o governo mais uma vez tentar adiar a votação, além da envergonhada tentativa do presidente do STF de pedir a retirada de pauta por meio de um ofício que destacava um “avanço das negociações”, que nunca se confirmou.
10. Abriu-se então uma nova fase, na qual a greve passou a pressionar pela sanção do PLC 28, com a cobrança para que o presidente do STF cumprisse o papel de fazer a defesa institucional do projeto. Entretanto, o STF demonstrava cada vez mais de que lado estava que, no caso, não não era o mesmo dos servidores. Durante reunião no dia 15 de julho, o Supremo Tribunal Federal comunicou à Fenajufe, por meio de seu diretor-geral, que não buscaria retomar negociações com o governo e que não receberia mais a representação sindical dos servidores.
11. No dia seguinte, o STF foi usado como QG de mobilização do governismo, quando dirigentes de sindicatos atrelados e associações foram chamados para encontro montado para desdizer o que havia sido afirmado no dia anterior e difundir mentiras, atacando setores da Fenajufe comprometidos com a defesa da categoria e a própria entidade. O Supremo se voltou contra os próprios servidores, silenciando e consentindo com as declarações públicas de Dilma e seus ministros atacando o reajuste salarial. Uma campanha de ataque se intensificou por parte da grande mídia, pautada pelo governo Dilma e comprometida com o ajuste fiscal, visando desmoralizar a categoria perante a opinião pública.
12. Em 21 de julho, data final para sanção ou veto ao PLC 28, a categoria novamente tomou Brasília com caravanas vindas de todas partes do Brasil e após oito horas seguidas de manifestação com vigília, bloqueio das vias e muito barulho em frente ao Palácio do Planalto, a notícia do veto revoltou os milhares de servidores presentes no DF e gerou uma onda de revolta de norte a sul do país, numa noite que certamente foi das mais marcantes na história das mobilizações da categoria.
13. Depois de consumado o veto, contrariamente a algumas expectativas de desânimo, a categoria novamente surpreendeu e manteve a greve nacional com pouco refluxo. Após rodadas de assembleias, começou o movimento pela derrubada do veto. Seguiram sendo realizados protestos de norte a sul, e a categoria entra de vez no centro da agenda política e econômica nacional, afirmando-se na prática como umas das principais inimigas do “ajuste fiscal' que o governo petista tenta impor de todas as formas.
14. A cada ato de pressão dos servidores nos estados, o governo manobrava para esvaziar o quórum do Congresso Nacional e assim impedir a apreciação e derrubada do veto. Dilma seguiu tentando ganhar tempo para construir uma nova maioria e derrotar o que ficou plantado pela mídia como “pauta bomba”, tendo como um dos principais itens o veto 26. Se o governo pressionava o Congresso por um lado, os servidores intensificaram o cerco aos deputados e senadores: em todos os cantos do Brasil a base da categoria criou grupos que se articulavam por redes sociais para visitar os congressistas e angariar apoio à derrubada do veto. Também aeroportos, solenidades e demais eventos passaram a ser locais de presença constante da categoria, que aproveitava cada espaço para levar sua pauta, inclusive em finais de semana e feriados.
15. Com o agravamento da crise de corrupção no governo Dilma/PT e a aprofundamento da falência de sua política da governabilidade, fundada em ligação umbilical com os setores mais fisiológicos e conservadores do Congresso Nacional, a pauta do Judiciário se tornou um problema muito além do aspecto econômico; se converteu em um grande problema político. A derrubada do veto revelaria a incapacidade do governo de conformar maioria no Congresso para continuar a impor os ditames do grande capital ao conjunto da sociedade brasileira. O movimento no Judiciário se tornou a expressão viva de que os trabalhadores não aceitavam pagar por uma crise que não criaram.
16. Em 22 de setembro, data em que após muita pressão foi marcada sessão do Congresso Nacional, foi realizado novo ato historico. Durante mais de 12 horas e adentrando a madrugada, uma nova grande manifestação nacional, com servidores de todos os estados, pressionou e cobrou a coerência dos deputados e senadores em relação aos votos que deram pela aprovação do PLC 28, e que deveriam ser honrados na derrubada do veto. Mais de 10 mil pessoas (em avaliação preliminar) estiveram no protesto, que gerou grande emoção nos servidores que dele participavam e acompanhavam os acontecimentos segundo a segundo, pelas redes sociais e pelos sites dos sindicatos e da federação. Revelando-se como inimigos dos servidores junto com outros partidos, PT e PC do B defenderam firme a abertamente a manutenção do veto, que acabou não sendo apreciado naquela sessão.
17. Quando às 2h19 da quarta-feira (23) foi anunciado o fim da sessão pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), gritos de “PT pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão” ecoaram nas galerias da Câmara. Na ousadia de uma luta sem precedentes, a categoria viu sua pauta justa e legitima ser utilizada pelo fisiologismo reinante desde sempre no Congresso Nacional, onde setores do PMDB viram uma oportunidade de tentar usar a pauta da categoria como elemento de barganha para garantir mais recursos e espaço no governo, cujo resultado ficou conhecido como o “balcão de negócios dos ministérios” realizado por Dilma. Assim, a sessão foi protelada para o dia 30 de setembro, para que houvesse mais tempo para comprar e amarrar acordos com a base aliada, na busca de garantir maioria.
18. Mesmo com todo tipo de manobra, após concretizar a entrega de cargos, o governo não conseguiu impor sua vontade, e sofreu vários reveses nas sessões seguintes do Congresso, que não tiveram seguimento por falta de quórum. Ficou demonstrada a profunda fragilidade d governo Dilma/PT e a intrincada trama de interesses personificados nos parlamentares e partidos, tanto da base aliada quanto da oposição.
19. Finalmente, no dia 18 de novembro, em meio à nova manifestação nacional da categoria, o veto é apreciado em sessão conjunta de deputados e senadores. Ficam faltando seis votos para que ele fosse derrubado na Câmara e, assim, se fizesse a contagem no Senado. O resultado nos faz pensar ao menos duas coisas: i) se confirma a constatação de que, para derrotar os trabalhadores, governo e a ‘oposição de direita’, mesmo que dividida, sempre que preciso, se unem no Congresso; ii) a pequena diferença de votos necessários para derrubar o veto dão a dimensão do papel cumprido pelo STF e a consequência do boicote de setores de dirigentes governistas nesse processo, no qual se portaram como aliados do governo, pois se não tivessem atrapalhado e atuado contra a derrubada do veto, teria-se garantido os seis votos faltantes para evitar esse resultado negativo.
20. Por outro lado, é inegável que o número de servidores envolvidos, a amplitude das manifestações e as formas inusitadas de luta que se agregaram ao movimento grevista deixaram marcas: essa categoria jamais será a mesma despois dessa monumental mobilização, que neste aspecto foi vitoriosa, com o significativo ganho de consciência alcançado e nos deixa um alerta e um chamado para este Congrejufe: é fundamental que saibamos identificar quem são nossos reais aliados e saibamos diferenciá-los dos inimigos e de oportunistas travestidos de apoiadores. Que façamos desse encontro uma oportunidade ímpar para reafirmar e consolidar as decisões já tomadas no último congresso, que desfiliaram a Fenajufe da CUT e afirmaram a necessidade de independência na sua atuação, que deve se converter e desaguar também na composição da nova direção a ser eleita agora – para que não se repitam os episódios de traição e de desrespeito às decisões da categoria, como ocorreu nesta gestão, onde os setores governistas que boicotaram a greve tentam responsabilizar a categoria e seguiram sendo maioria na direção.

**O papel do STF e da cúpula do Judiciário na luta da categoria**

1. O papel exercido pela cúpula do Judiciário na mais longa e desafiadora campanha salarial que travamos até hoje, especialmente no período sob sob a presidência de Ricardo Lewandowski no STF, merece um espaço à parte. Como em situações anteriores, inclusive por competência especifica, cabe ao Supremo papel determinante na definição da política salarial e de pessoal no Judiciário, bem como em negociações orçamentárias com os governos.
2. Lewandowski demonstrou desde a posse como presidente, até os dias de hoje, estar em alinhamento e submissão à política do governo petista e fisiológico de Dilma Roussef, tendo aberto mão de qualquer defesa ou discussão em torno da autonomia do Judiciário, no que se refere à reposição salarial dos servidores.
3. Demonstrou cotidianamente uma postura senhorial em relação aos servidores e à sua representação sindical, dando a entender, em várias de suas declarações, que faz um favor à categoria quando, dizendo sentir-se um “pai”, fingia buscar negociar com o governo ao qual é submisso, o melhor reajuste “possível”, como se deu na malfadada reunião com Dilma e Eduardo Cardozo em Portugal, onde disse ter ido para negociar reajuste dos servidores que bastaria ter atravessado a Praça dos Tres Poderes para faze-lo. Sempre fez questão de destacar a “crise econômica”, como motivo de negativa, como se os servidores tivessem alguma responsabilidade por ela. Já em relação à magistratura, tem adotado postura extremamente ativa e corporativista e deixa bem claro que não existe crise econômica para o andar de cima.
4. Para a categoria, a gestão de Lewandowski iniciou-se com o saldo de uma campanha salarial que já alcançava cinco anos de extensão, e com um acúmulo de perdas salariais crescendo e já exigindo reposição próxima aos 50%. Antes disso, à frente do TSE durante a greve de 2010, recebeu servidores pelo país e declarou reiteradamente apoio à reposição salarial. Todavia, não apresentou qualquer resultado ou sinalização concreta em decorrência do apoio declarado. Ao contrário, foi articulador e pioneiro na judicialização das greves da categoria, em parceria com a AGU, naquele ano eleitoral.
5. Ainda em agosto de 2014, o PL 7920/14 (atual PLC 2648) foi encaminhado ao Congresso com previsão de parcelamento não negociada com a categoria. Quando indagado sobre isso, Lewandowski disse que o objetivo era facilitar as negociações, apesar de havermos defendido que isso não ocorresse e que eventual parcelamento fosse decorrência de um processo real de negociação. Ele encaminhou também um projeto de reajuste para a magistratura, totalizando 16% em parcela única, além da última parcela dos 15,8% concedidos ao conjunto do funcionalismo.
6. Após novo corte do orçamento do Judiciário no final de agosto, promovido pelo governo para tentar inviabilizar o reajuste dos servidores, Lewandowski não esboçou qualquer reação e não invocou em momento algum a autonomia do Judiciário. Disse apenas que negociaria o reajuste dos servidores, ignorando esse episódio, e assumiu compromisso de que haveria tramitação conjunta dos projetos de servidores e de juízes. Ao final, os servidores foram excluídos da negociação que assegurou reajustes para a magistratura, membros do MP, parlamentares e altos cargos do Executivo. Lewandowski justificou dizendo que os parlamentares aprovaram o reajuste da magistratura por interesse próprio, como se não tivesse qualquer responsabilidade e não pudesse tomar qualquer iniciativa a respeito.
7. Além do reajuste, foi concedido a toda a magistratura, indistintamente, um “auxílio-moradia” no valor de mais de 4 mil reais mensais. O auxílio vem sendo pago há mais de um ano com base em uma decisão liminar do ministro Fux, contrariando posição do próprio STF quanto ao pagamento de parcelas por liminar. Apesar de precária, até hoje a decisão liminar não foi pautada no plenário, decisão esta que cabe a Lewandowski. Não bastasse isso, foi negociado também um adicional por “acúmulo de função” à magistratura, e também aprovado no apagar das luzes do Congresso em 2014. Somadas todas as melhorias aprovadas através de projetos de lei, decisões judiciais liminares e administrativas, a magistratura mais que dobrou o valor do subsidio, chegando acumular mais de 100% de aumento no curto período de dois anos, em detrimento dos servidores que continuam com salários congelados a quase uma década.
8. Quando por pressão da categoria, neste ano de 2015, passou a “andar” o projeto dos servidores, teria começado uma negociação entre STF e governo. Durante todo o tempo, Lewandowski disse estar negociando, mas em momento algum abriu espaço à representação da categoria no processo. Sequer informações sobre os estágios da negociação ou estratégias foram abertas, ao longo de todos os meses desde que assumiu a chefia do Poder. Além disso, Lewandowski também não se dispôs a receber pessoalmente a federação para tratar da negociação, apesar dos reiterados pedidos, tendo delegado essa atribuição ao seu diretor-geral. No entanto, nenhuma das várias conversas com o diretor-geral, desde o início da gestão, teve um caráter negocial, embora dirigentes governistas não se cansem de enaltecer o papel do diretor geral.
9. Na data prevista para a votação do PLC 28 no Senado, o governo tentava novamente adiar a votação, enquanto Lewandowski encaminhou ofício falando que havia negociações em curso, sem, no entanto, se manifestar sobre a retirada de pauta do projeto. Apesar de a administração do STF declarar que negociava uma proposta, ela nunca foi apresentada à categoria, que tinha como único caminho a aprovação do PLC 28. Além disso, é óbvio que uma proposta poderia ser apresentada a qualquer tempo, independentemente da tramitação do projeto.
10. Após a aprovação do PLC 28 pelo Senado, depois de vários prazos descumpridos e de uma total indefinição quanto ao real estágio das alegadas negociações, o diretor-geral disse que o presidente do STF teria se sentido “atropelado” com a aprovação do projeto, e que não mais buscaria negociação com o governo, até que ele se posicionasse no prazo para sanção ou veto ao projeto. Lewandowski avalizou o veto de Dilma, inclusive publicamente, e não esboçou qualquer reação frente aos ataques do governo e dos meios de comunicação à reposição salarial da categoria.
11. Ao mesmo tempo em que avalizou o veto, Lewandowski fechou novo projeto rebaixado com o governo, o PL 2648, com suposto aval de setores governistas, como confessou boquirroto membro do campo governista que atua na Fenajufe, afastado da representação na Comissão de Negociação da Fenajufe por conta de posturas como esta. Apesar desta confissão, não houve qualquer consulta ou discussão com as instancias da categoria. O impacto financeiro do projeto é muito próximo ao da primeira proposta apresentada pelo governo ao conjunto do funcionalismo para um período de quatro anos (os 21,3%), apesar das promessas, feitas por ambos, de um “plus” que levasse em conta as perdas específicas da categoria. Além de um enorme rebaixamento em relação ao projeto vetado, entre outros pontos, a nova “proposta” prevê ainda um parcelamento em oito semestres, a absorção da VPI e dos 13,23% que vêm sendo reconhecidos judicialmente e administrativamente (resultando em perda salarial para quem já recebe a parcela), e um reajuste de 25% em parcela única para cargos em comissão (Cjs), que foi recebido pela categoria como um acinte. Ao mesmo tempo, Lewandowski encaminhou também ao Congresso novo projeto de reajuste para a magistratura, com previsão de novos 16%.
12. Além de não dialogar, Lewandowski lançou mão também de forte repressão contra os servidores. No dia 12 de junho, enquanto definia a portas fechadas o projeto rebaixado à revelia da categoria, servidores em ato pacífico do lado de fora do STF eram duramente reprimidos pela tropa de choque da PMDF.
13. Em paralelo, Lewandowski propôs e segue articulando no STF proposta de uma nova lei orgânica da magistratura (Loman), que prevê uma série de novos benefícios que podem assegurar ganhos astronômicos à magistratura, além da tentativa de esvaziar o poder disciplinar do CNJ em relação aos juízes.
14. Lewandowski definiu pautas de julgamento de forma seletiva no STF, como por exemplo recursos com repercussão geral acerca do direito de greve e dos quintos, em absoluta sintonia com o governo, em um momento de mobilização da categoria e de severo congelamento salarial. No caso dos quintos, Lewandowski mudou de posição para admitir a repercussão geral, e o tribunal acabou por cassar um direito já reconhecido há mais de uma década, com jurisprudência farta e pacífica dos tribunais, em matéria que não tinha nenhuma índole constitucional, que pudesse justificar um julgamento do STF. Por outro lado, em causas que tratem de interesses dos trabalhadores, como o recurso que discute a data-base, não se vê o mesmo empenho e prioridade.
15. É importante que haja uma reflexão da categoria sobre o papel assumido pelo STF e por sua administração, e as consequências disso para a atual situação em que nos encontramos. São vários os componentes que influenciam nos desdobramentos dessa luta. Embora a categoria tenha atingido patamares históricos de mobilização, a atuação do STF de blindagem do governo, a elaboração e envio ao Congresso do PL 2648 sem aval da categoria, com manifesta inteção de esvaziar e derrotar a luta pela derrubada do veto que estava em seu auge, foram fatores determinantes para impedir a derrubada do veto 26 e manter o congelamento salarial que perdura até o presente momento, com perdas acumuladas pela categoria de 56,43% (até dezembro/2015).
16. Neste IX Congrejufe, chamamos todas as lutadoras e lutadores que contribuíram com esta luta para aprofundar o balanço de tudo que fizemos até aqui, acumular todos os aprendizados que esta Campanha salarial histórica nos trouxe e reafirmar nossa pauta de reivindicações e unidade alcançada até aqui, pra continuar pressionando e cobrando tudo que nos é devido.

Acácio Henrique de Aguiar – Técnico Judiciário – TRF2/RJ

Adilson Rodrigues – Técnico Judiciário da JF/Santos, Fundador Sintrajud, Coordenador Geral da Fenajufe

Ana Luiza de Figueiredo Gomes – Técnico Judiciário - TRF3 - Diretora de base - Sintrajud/SP

Andrés Santos Cevallos – OJAF - TRT4 – Diretor – Sintrajufe/RS

André Milan – Técnico Judiciário – TRE/RJ

Angélica Olivieri – Técnico Judiciário – JF/SP – Coordenadora Executiva - Sintrajud/SP

Antonio do Anjos Melquiades/Melqui – Analista Judiciário – Coordenador Sintrajud

Antonio Carlos Correa – Agente Segurança – JF/SP – Diretor de Base – Sintrajud/SP

Antonio Eduardo Pereira - Técnico Judiciário – JF/MA

Célio Izidoro Rosa – Técnico Judiciário TRT/MG - Diretor do Sitraemg

César Eduardo de Oliveira Santos – TRT2 – Diretor de base Sintrajud-SP

Cléber Borges de Aguiar – Agente de Segurança -TRF3 - Coordenador Executivo Fenajufe e Sintrajud/SP

Cleide Navas – aposentada/TRF3

Demerson Parreira Galvão – Técnico Judiciário TRE/SP – Fundador do Sintrajud e Fenajufe

Denise Carneiro – Servidora JF Salvador – Coordenadora Sintrajufe/BA

Elcimara Augusto de Souza – Técnico Judiciária./TJDFT - Coordenadora do Sindjus/DF

Eleilson da Costa Rodrigues – Técnico Judiciário TRT/SP

Eliseu da Silva Trindade – Técnico Judiciário/TRF3

Enio Mathias – Técnico Judiciário - TRT Praia Grande/SP – Coordenador Sintrajud

Euler Pimentel - Técnico Judiciário - Área Administrativa – TRT/PE

Fabiano dos Santos – Analista Judiciário TRT/SP – Diretor Base Sintrajud

Fagner Azeredo – Técnico Judiciário da JF/RS - Diretor Sintrajufe/RS

Frederico Barboza – Analista Judiciário – TRE/BA

Henrique Sales Costa – Técnico judiciário TRT/SP –

Grace Lane Bulcão – Técnico Judiciário - TRE-BA

Helenio Barros – JE/RJ

Inês Leal de Castro, Técnico Judiciário – TRT/SP - Coordenadora da Fenajufe e Sintrajud

Jailson da Silva Lage. OJAF – JF/BA

Jair Cunha – Analista Judiciário – TRE/BA

João Carlos Carvalho da Silva, JF Marília SP - Diretor do Sintrajud

José Carlos Sanches – Agente de Segurança – JF Franca/SP

Junior Alves – Técnico Judiciário/TJDFT – Coordenador Geral Sindjus/DF

Lindinalva Souza – Técnico Judiciário – TRE/BA

Lynira Rodrigues – OJAF TRT Cubatão/SP – Coordenadora Sintrajud

Lucas Alves Bento – Servidor TRT Barrafunda/SP

Luciana Martins Carneiro – TRF3 – Diretora de base Sintrajud-SP

Madalena Nunes – Técnico Judiciário da JF/PI – Coordenadora Fenajufe

Marcus Vergner – Técnico Judiciário TRT/SP – Diretor Base Sintrajud

Maria Helena Garcia Leal – aposentada TRF3, Coordenadora Sintrajud

Maria Lúcia Lima Albuquerque Martins – OJAF – TRT/BA

Maria Madalena Nunes – Diretora da Fenajufe

Marlon Câmara Freire – Agente de Segurança – TRT/MA – Diretor Sintrajufe/MA

Miriam Cunha Bastos – Técnico Judiciário – JF/SP

Nataly Joana V.Meissinger – Técnico Judiciário TRT/SP -

Paulo Sérgio da Silva Falcão – Técnico Judiciário – JF/AL - Coordenador Geral do Sindjus/AL

Pedro Aparecido de Souza – OJAF doTRT/MT - Coordenador da Fenajufe e Sindijufe/MT

Raquel Morel Gonzaga – Técnico Judiciário TRE/SP - Diretora do Sintrajud/SP

Ronald de Carvalho Fumagali - Técnico Judiciário TRT/15 Campinas/SP

Saulo Arcangeli , Analista de Informática , PRT/MPU-MA - coordenador da FENAJUFE e do Sintrajufe/MA

Salomão Ferreira – Tecnico Judiciário – TRT/SP – Coordenador Sintrajud

Simone - Técnica Judiciária - Área Administrativa – TRF

Suely Silveira – Técnico Judiciário – TRE/BA

Tauff Gannem Abreu – Técnico Judiciário TRT/SP – Diretor Base Sintrajud

Tarcisio Ferreira – Analista Judiciário TRT/SP – Coordenador Fenajufe

Terezinha de Jesus Souza – Técnico Judiciário TRT/MA – Diretora Sintrajufe/MA

Wellington Lelis – Agente de Segurança – TRT/PE – coordenador Sintrajuf/PE

Gérson Pagani, Tecnico Judiciário, TRT/PR

Maria de Lourdes Tomaz - Téc. Judiciário/TRT-9 – Dir. Com. Prov SINJUTRA/PR

Mirian Cunha Bastos – Téc. Jud. – JF/1º Grau - SP

Renata Silveira de Paiva, Técnica Judiciária, TRT/PR

Rodrigo Fontenelle Bezerril Coutinho – OJAF/ TRT15 - Jundiaí /SP